

**CADERNO DE ENGARGOS**

**PROCEDIMENTO N.º 2024/ SPF/UC/1342**

**CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS, DE PRODUÇÃO DE ENERGIA, TÉRMICA E CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA RECS, DE MÉDIA TENSÃO, DE COMUNICAÇÕES, DE SISTEMAS DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO, DE GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA, DE TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, DE SEGURANÇA INTEGRADA SCIE, ACÚSTICA, REDES PREDIAIS DE ÁGUAS E ESGOTOS, TUDO PARA O FUTURO “EDIFÍCIO E5 - FASE B- ASSOCIAÇÃO ISCTE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO**

**Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual**

## ÍNDICE

1. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
2. DEFINIÇÕES .....	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ..	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS .....	5
5. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL.....	6
6. PUBLICIDADE .....	6
7. CONFIDENCIALIDADE.....	6
8. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	7
9. RESPONSABILIDADE.....	7
10. RESOLUÇÃO .....	8
11. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR.....	9
12. FORO COMPETENTE.....	10
13. PREÇO BASE .....	10
14. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	10
15. REVISÃO DE PREÇOS .....	11
16. SEGUROS .....	11
17. PRAZOS .....	12
18. PENALIDADES.....	12
19. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO COCONTRATANTE .....	13
20. ATOS DE TERCEIROS .....	13
21. ANEXOS: .....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>



## **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1 As presentes cláusulas aplicam-se à “Aquisição de Serviços para a Elaboração de Projetos de Instalações de Equipamentos e Sistemas Elétricos, de Produção de Energia, Térmica e Certificação Energética RECS, de Média Tensão, de Comunicações, de Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, de Gestão Técnica Centralizada, de Transporte de Pessoas e Cargas, de Segurança Integrada SCIE, Acústica, Redes Prediais de Águas e Esgotos, tudo para o Futuro “Edifício E5 - Fase B- Associação Iscte, Conhecimento e Inovação”, para o ISCTE.

1.2 Os serviços objeto da presente aquisição serão realizados para o espaço de terreno livre, atualmente ajardinado, adjacente ao Edifício E4, lado nascente, sito na Avenida das Forças Armadas e Rua Helena Félix, Lisboa, coordenadas 38.748048, -9.151604 e devem cumprir o disposto neste Caderno de Encargos e nas Especificações Técnicas e seus Anexos que fazem parte integrante do mesmo.

## **2. DEFINIÇÕES**

2.1 Entidade adjudicante: Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, fundação pública de regime de direito privado, com sede na Avenida das Forças Armadas, Edifício Sedas Nunes, 1649-026 Lisboa, Portugal, telefone 210 464051, e-mail [upc@iscte.pt](mailto:upc@iscte.pt) e portal: [www.iscte.pt](http://www.iscte.pt), será adiante designado por Entidade Adjudicante ou Iscte.

2.2 Cocontratante: Entidade com quem, sendo-lhe adjudicada a aquisição de serviços, será celebrado o contrato a que este Caderno de Encargos diz respeito.

## **3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

3.1 Na aquisição de serviços indicada na cláusula 1.1, observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b) O Código dos Contratos Públicos (CCP);
- c) Os diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com os bens a fornecer no âmbito do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo

regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

3.2 Terão ainda de ser respeitadas as disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de atividade a desenvolver.

3.3 Nas suas relações com todos os intervenientes, empreiteiros, fornecedores, prestadores de serviços, etc., o Cocontratante obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos contratos e legislação aplicável, de acordo com as atribuições que lhe são cometidas pelo Iscte no âmbito do contrato a celebrar e do presente Caderno de Encargos.

#### **4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

4.1 As divergências que, porventura, existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem, decrescente, de prevalência e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 96.º do CCP:

1º) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos Concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Iscte, nos termos do artigo 50.º do CCP;

2º) Os esclarecimentos, as retificações e as alterações relativos ao presente Caderno de Encargos, nos termos do artigo 50.º do CCP;

3º) O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;

4º) A proposta adjudicada;

5º) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo Adjudicatário.

4.2 As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste, resolver-se-ão pela

prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pelo Iscte de acordo com o artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário termos do disposto no artigo 101.º daquele Código.

4.3 Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o Cocontratante deve:

- a) Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, ao Iscte e aceitar as decisões que esta tomar;
- b) Se as dúvidas ocorrerem após o início da execução do contrato, o Cocontratante deve formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.

4.4 A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número precedente torna o Cocontratante responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

## **5. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL**

5.1 A cessão de posição contratual (incluindo a cessão de créditos) e a subcontratação estão sujeitas a autorização prévia do Iscte, nos termos do disposto nos artigos 318.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

5.2 Em caso de subcontratação o Adjudicatário deverá garantir o cumprimento, pelo subcontratado do previsto na cláusula 8, referente a tratamento de dados pessoais.

## **6. PUBLICIDADE**

O Cocontratante não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização do Iscte.

## **7. CONFIDENCIALIDADE**

O Cocontratante, incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados e trabalhadores destes, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou

documentos do presente procedimento ou do contrato mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.

## **8. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

8.1 O Cocontratante é ainda responsável por garantir o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação em vigor referente à proteção de dados pessoais, nomeadamente o previsto no n.º 3 do de art.º 28.º do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

8.2 O Iscte pode a todo o tempo solicitar informação e documentação de forma a verificar o cumprimento daquele regulamento.

## **9. RESPONSABILIDADE**

9.1 O Cocontratante assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante o Iscte pela mesma.

9.2 O Cocontratante responde nomeadamente por quaisquer erros, deficiências ou omissões na aquisição de serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Cocontratante provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pelo Iscte.

9.3 Sempre que se verifique a necessidade de realização de trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões na aquisição de serviços, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.

9.4 Em qualquer altura e logo que solicitado pelo Iscte, o Cocontratante obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Cocontratante, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

9.5 Se o Iscte tiver de assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do contrato ou deste Caderno de Encargos são da responsabilidade do Cocontratante, este indemnizá-la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo ao Iscte o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver que pagar.

9.6 O Iscte não responde por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo Cocontratante, salvo culpa comprovada dos agentes do Iscte, no exercício das respetivas funções.

9.7 As ações de supervisão e/ou aprovação da PARQUE ESCOLAR em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Cocontratante no que se refere à aquisição de serviços.

## **10. RESOLUÇÃO**

10.1 Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º do Código dos Contratos Públicos, o Iscte poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Cocontratante, após este último ter sido notificado para cumprir e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação, nomeadamente e comprovadamente nos seguintes casos:

- a) Quando o Cocontratante não der aos serviços o andamento necessário para assegurar a conclusão no prazo contratualmente fixado;
- b) Quando houver incumprimento reiterado das orientações transmitidas pelo Iscte;
- c) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do presente Caderno de Encargos ou quaisquer circunstâncias que revelem a existência de má-fé por parte do Cocontratante.

10.2 O Iscte pode resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do Cocontratante designadamente nos casos seguintes:

- a) Se o Cocontratante, sem prévia autorização escrita do Iscte, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da aquisição de serviços;
- b) Quando não se verifique o início da aquisição de serviços no prazo contratualmente fixado.

10.3 O Iscte poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no Código dos Contratos Públicos.



10.4 O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores não preclui o direito do Iscte vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Cocontratante e da resolução do contrato.

10.5 Se a resolução do contrato for imputável ao Cocontratante, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.

10.6 Em caso de resolução do contrato por parte do Iscte-iul, ficarão automaticamente retidas e em seu poder todas as importâncias que esta deva ao Cocontratante pelos serviços executados ou que estejam em seu poder, como garantia até ao apuramento da responsabilidade do Cocontratante.

10.7 Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Cocontratante será o montante respetivo deduzido nos depósitos ou nas quantias em dívida.

10.8 O Iscte, independentemente da conduta do Cocontratante, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato.

## **11. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

11.1 Ocorrendo caso fortuito ou de força maior nenhuma das partes tem de indemnizar a outra dos prejuízos sofridos, quer a título de danos emergentes quer por lucros cessantes.

11.2 Em caso fortuito ou de força maior, a parte atingida notifica, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que as partes, em colaboração, procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos.

11.3 Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

## 12. FORO COMPETENTE

Para dirimir todas as questões ou litígios emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

## 13. PREÇO BASE

O preço base é de **60.000,00 € (Sessenta mil euros)** não incluindo o imposto sobre valor acrescentado.

## 14. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 A faturação deverá ser remetida para a Sede do ISCTE, relativamente ao valor de cada especialidade contratada, devendo processar-se da seguinte forma:

14.1.1- Com a entrega do Programa Base: **10%**;

14.1.2- Com a entrega do Estudo Prévio: **10%**;

14.1.3 – Com a entrega do Anteprojeto e submissão dos Licenciamentos obrigatórios: **25%**;

14.1.4 – Com a entrega do Projeto de Execução: **35%**;

14.1.5 – Com a assistência técnica: **20%**

Relativamente ao ponto 14.1.5, assistência técnica, a faturação será realizada da seguinte forma:

14.1.5.1 – Com a receção provisória: 5%;

14.1.5.2 – Mensalmente, o remanescente da percentagem (15%) distribuída pelo número de meses da duração da empreitada.

14.2 A faturação relativa aos serviços efetivamente realizados deverá conter, para além dos elementos fiscais obrigatórios, a identificação da prestação de serviços, o número da nota de encomenda e o número de compromisso nela inscrito.

14.3 Caso as faturas não obtenham a aprovação do Gestor do Contrato designado pelo Iscte o prestador de serviços compromete-se a apresentar outras em substituição, devidamente corrigidas, suspendendo-se o prazo de pagamento.

14.4 O prazo de pagamento é de 60 (sessenta) dias a contar da data em que der entrada a fatura no Iscte

14.5 Desde que devidamente emitidas e aceites, as faturas poderão ser pagas através de transferência bancária.

14.6 A inobservância do prazo de pagamento previsto em iv) confere ao Cocontratante o direito de pagamento dos correspondentes juros moratórios, sem prejuízo dos demais direitos que legalmente lhe assistam.

14.7 A quantia correspondente a cada pagamento de trabalho contratual será acrescida do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

14.8 O Iscte deduzirá nos pagamentos parciais a fazer ao Cocontratante, todas as importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe tenham sido aplicadas e demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

## **15. REVISÃO DE PREÇOS**

O preço da aquisição de serviços é fixo e não sujeito a reajustamento.

## **16. SEGUROS**

16.1 Sem prejuízo das obrigações e responsabilidade do Cocontratante nos termos do presente Caderno de Encargos, deve o mesmo celebrar e manter em vigor Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional que garanta os danos patrimoniais e não patrimoniais causados ao Iscte, seus agentes, ou terceiros em consequência de erros ou omissões cometidas na execução da aquisição de serviços que é objeto do contrato.

16.2 O montante do seguro será, no mínimo, o correspondente ao triplo do valor da adjudicação. A apólice de seguro rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

16.3 O âmbito temporal desta apólice terá de incluir todo o período em que se verifique risco efetivo. Como tal, antes da celebração do contrato, o Cocontratante terá de fazer prova junto do Iscte de que a referida apólice foi contratada nas condições requeridas e que se encontra em pleno vigor para o prazo referido.

16.4 A apólice prevista na presente Cláusula não poderá ser anulada, suspensa, cancelada ou substituída pelo Cocontratante, qualquer que seja o motivo, sem autorização prévia, por escrito, do Iscte.

16.5 Os encargos referentes ao seguro bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquias, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do Cocontratante.

## **17. PRAZOS**

Os prazos máximos para realização da aquisição de serviços, contar-se-ão a partir da data da encomenda ou assinatura do contrato são os seguintes:

17.1.1- Programa Base:	60 dias
17.1.2- Estudo Prévio:	75 dias
17.1.3 –Anteprojeto e submissão dos Licenciamentos obrigatórios:	150 dia
17.1.4 –Projeto de Execução:	180 dia

Relativamente ao ponto 14.1.5, assistência técnica, será para além dos 6 meses do prazo inicial, enquanto durar a execução da obra, que se estima ser de 12 a 15 meses, iniciando-se o prazo de assistência com a consignação da obra

## **18. PENALIDADES**

18.1 Se o Cocontratante não cumprir qualquer prazo estabelecido no âmbito da aquisição de serviços, acrescido de eventuais prorrogações concedidas, fica sujeito à sanção diária de 1‰ (um por mil), do preço contratual, sem prejuízo do integral

ressarcimento dos prejuízos em que o Iscte incorrer em virtude do incumprimento do Cocontratante.

18.2 A cobrança das eventuais sanções em que o Cocontratante incorra, é efetuada, a critério do Iscte, designadamente por desconto no pagamento ou pagamentos subsequentes à data da decisão final da aplicação da sanção, sem mais formalidades.

## **19. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL POR INCUMPRIMENTO DO COCONTRATANTE**

19.1 Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das obrigações contratuais, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Iscte, pode notificar o Cocontratante para que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que o Iscte indicar no cumprimento do artigo 318.º-A do CCP.

19.2 Os direitos e obrigações do Cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação referida no número anterior transmitem-se, automaticamente, para o cessionário na data da produção de efeitos daquele ato.

## **20. ATOS DE TERCEIROS**

Sempre que o Cocontratante sofra impedimentos na execução da aquisição de serviços para que fora contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar o Iscte de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

## ANEXO I

### Especificações Técnicas

#### 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 As presentes Especificações Técnicas constituem o Anexo I ao Programa de Concurso para a **“Aquisição de Serviços para a Elaboração de Projetos de Instalações de Equipamentos e Sistemas Elétricos, de Produção de Energia, Térmica e Certificação Energética RECS, de Média Tensão, de Comunicações, de Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, de Gestão Técnica Centralizada, de Transporte de Pessoas e Cargas, de Segurança Integrada SCIE, Acústica, Redes Prediais de Águas e Esgotos, tudo para o Futuro “Edifício E5 - Fase B- Associação Iscte, Conhecimento e Inovação”** sito na Avenida das Forças Armadas, Lisboa, regendo as prestações a realizar ao abrigo do contrato, sem prejuízo do disposto em normas legais e regulamentares aplicáveis e das instruções transmitidas pelo Iscte-Iul durante a sua execução.
- 1.2 Em caso de divergências entre o presente documento e as disposições normativas regulamentares e/ou legais em vigor, prevalecem estas últimas.

#### 2. DEFINIÇÕES

- 2.1 **Projeto:** O conjunto coordenado de documentos escritos e desenhados, integrando o projeto ordenador e demais projetos, que definem e caracterizam a conceção funcional, estética e construtiva de uma obra, bem como a sua inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na sua execução (nos termos da Lei n.º 31/2009 de 3 de Julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho), nas suas versões atuais.
- 2.2 **Equipa de projeto:** A equipa multidisciplinar, tendo por finalidade a elaboração de um projeto contratado pelo dono da obra ou especialmente regulamentado

por lei ou previsto em procedimento contratual público, constituída por vários autores de projeto e orientada por coordenador de projeto, cumprindo os correspondentes deveres (nos termos da legislação vigente)

2.3 **Cocontratante:** Entidade com quem, sendo-lhe adjudicada a aquisição de serviços, será celebrado o contrato a que estas Especificações Técnicas dizem respeito.

2.4 **Manutenção:** Combinação de todas as ações técnicas, administrativas e de gestão, durante o ciclo de vida de um bem, destinadas a mantê-lo ou repô-lo num estado em que ele pode desempenhar a função requerida (nos termos da versão portuguesa da Norma Europeia EN 13306:2001, intitulada “Terminologia da manutenção” (NP EN 13306, 2010).

2.5 **Ordem de Execução:** Documento escrito através do qual o Iscte-Iul ordena a execução de trabalhos a mais, trabalhos de suprimento de erros e omissões e trabalhos a menos.

### 3. OBJETO

Estão incluídos na presente prestação de serviços a realização das seguintes obrigações:

1. Projetos de Especialidades, de acordo com Anexo I, desenvolvido para as seguintes fases:
  - i. Programa base;
  - ii. Estudo prévio;
  - iii. Anteprojeto (projeto de licenciamento / parecer prévio não vinculativo);
  - iv. Projeto de execução;
  - v. Assistência técnica à obra (incluindo prestação de esclarecimentos e análise de erros e omissões, na fase do procedimento de formação do contrato de empreitada);

### 4. OBRIGAÇÕES DA EQUIPA DE PROJETO

O representante da equipa de projeto perante o Iscte-iul, fiscalização e quaisquer outras entidades é o Coordenador de Projeto responsável pela equipa afeto à

prestação de serviços e que deve subscrever o Termo de Responsabilidade quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do disposto no Anexo III da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril.

Os projetos a desenvolver, de acordo com a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, são os referidos no Anexo I às presentes Especificações.

#### **4.1 OBRIGAÇÕES DO COORDENADOR DE PROJETO AFETO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

##### **4.1.1 Na fase de Conceção de Projeto**

Sem prejuízo dos deveres consagrados no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho e demais legislação aplicável o coordenador está nas fases de elaboração do projeto, nomeadamente, Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto (Projeto de Licenciamento/Parecer Prévio) e Projeto de Execução, especialmente obrigado a:

1. Proceder ao acompanhamento e coordenação técnica da execução de todas as fases de projeto, garantindo o cumprimento das disposições legais, regulamentares e outras aplicáveis a cada especialidade, a compatibilização dos projetos entre as diferentes especialidades e a qualidade técnica das soluções adotadas;
2. Assegurar que as soluções adotadas nos projetos das diversas especialidades estão otimizadas do ponto de vista técnico e económico, com vista à minimização dos prazos de realização das obras e dos custos de construção, funcionamento, conservação e manutenção;
3. Garantir a preparação, organização e entrega no Iscte-Iul, das peças escritas e desenhadas que constituem os projetos das diferentes especialidades em cumprimento com a Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, na sua versão mais atualizada e com o disposto no Caderno de Encargos e respetivos anexos, para as fases de Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto (Licenciamento/Parecer Prévio) e Projeto de Execução;



4. Fazer acompanhar a entrega no Iscte-lul dos projetos das diferentes especialidades, e para as fases de Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto (Licenciamento, no caso de ser necessário/ Parecer Prévio) e Projeto de Execução, da Memória Descritiva de coordenação de projeto, em cumprimento com o definido no presente documento;
5. Garantir a entrega, acompanhamento e coordenação técnica dos projetos das diferentes especialidades junto das entidades competentes para obtenção dos respetivos comprovativos da aprovação;
6. Proceder à verificação final da conformidade das peças escritas e desenhadas dos autores de projeto das diferentes especialidades a seu cargo na fase de projeto de execução, compilando-as num único suporte informático, após aprovação pelo Iscte-lul;
7. Prestar, durante toda a execução das fases de projeto, todos os esclarecimentos necessários no prazo que for fixado pelo Iscte-lul;
8. Estar presente, ou fazer-se representar, em reuniões periódicas de gestão e acompanhamento de projeto pelo Iscte-lul, (com periodicidade a determinar) nas fases de Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto (Licenciamento/ Parecer Prévio) e Projeto de Execução, devendo prestar as informações e esclarecimentos relativos a todas as especialidades que compõem o projeto em desenvolvimento, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião;
9. Previamente às reuniões previstas na alínea anterior, com uma antecedência mínima de 48 horas, deve ser remetida a respetiva agenda, pelo Cocontratante e/ou pelo Iscte-lul;
10. Durante a conceção das diferentes fases de projeto o coordenador afeto deve garantir que a equipa de projeto presta todas as informações e esclarecimentos necessários, no prazo que for, em cada caso, fixado pelo Iscte-lul.

#### **4.1.2 Na fase de Assistência Técnica**

1. O coordenador de projeto afeto à prestação de serviços deve garantir que a equipa de projeto, na fase de assistência técnica, preste os esclarecimentos necessários no prazo que for, em cada caso, fixado pelo Iscte-lul, e procede à análise de erros e omissões durante a fase de formação do contrato de empreitada, bem como presta a assistência técnica à obra, nos termos do disposto na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho e dos deveres consagrados para o coordenador e autores de projeto na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho e demais legislação aplicável, bem como no especificado no caderno de encargos.
2. Na fase do procedimento da formação do contrato de empreitada e até à adjudicação da obra, constitui obrigação do coordenador de projeto assegurar que a equipa de projeto presta os esclarecimentos necessários e procede à análise de erros e omissões identificados pelos interessados no prazo que for, em cada caso, fixado pelo Iscte-lul.
3. Durante a Assistência Técnica à obra:
  - a) Nos termos do previsto no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, o coordenador do projeto fica obrigado a prestar assistência técnica à obra, quando a sua execução possa contratual e legalmente prosseguir. Assim, o coordenador, ou seu representante, deve deslocar-se à obra para efeitos de assistência técnica, no mínimo uma vez por semana, e sempre que para tal seja solicitado pelo Iscte-lul ou pela fiscalização;
  - b) Durante a execução da obra o coordenador deve garantir que a equipa de projeto presta a assistência técnica nos termos do previsto no número 4.1.2 do presente documento, cabendo ao coordenador a validação final de todos os elementos entregues, nomeadamente os processos técnicos das ordens de execução (parecer a emitir pelo

projetista após notificação do Iscte-lul para emissão do competente parecer técnico, devendo incluir peças escritas e desenhadas necessárias à execução dos trabalhos, mapa de quantidades de trabalhos, estimativa orçamental e prazo de execução dos trabalhos).

## **5. MEMÓRIA DESCRITIVA DE COORDENAÇÃO DE PROJETO**

A Memória Descritiva a apresentar nas fases de Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto ou Projeto Base (Licenciamento/ Parecer Prévio) e Projeto de Execução, deve contemplar os pressupostos de projeto definidos no Programa Funcional entregue pelo Iscte-lul.

A Memória deve ser constituída por peças escritas e desenhadas (as últimas de apresentação facultativa, como complemento das peças escritas) e apresentado com termo de responsabilidade do coordenador de projeto dos projetos que incluem a presente prestação de serviços, de acordo com o disposto no Anexo III da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, devendo conter, no mínimo, os seguintes elementos:

1. Memória descritiva e justificativa sumária que permita avaliar a viabilidade das soluções adotadas, em função das condições do local e técnicas, e onde figurem designadamente:
  - a) Descrição geral da solução orgânica e funcional do conjunto, e quando se justifique uma descrição sumária dos sistemas, instalações e processos construtivos mais significativos;
  - b) Na fase de Anteprojeto/Licenciamento/Parecer Prévio, incluir descrição geral do processo de aprovação dos projetos nas diferentes entidades, com informação sobre eventuais aditamentos submetidos e que permitam conhecer as exigências feitas que possam resultar em alterações dos projetos desenvolvidos;
  - c) Outros elementos que o coordenador considere relevantes.
2. Quadro de áreas com dimensionamento das diferentes partes constituintes da obra, incluindo:
  - a) Área total do terreno onde será requalificado os edifícios;



- c) Mapa de quantidades de trabalho (MQT): elaboração de mapa de quantidades de trabalhos, por bloco, suportada em medições detalhadas, e respetiva estimativa orçamental.

## **6.2 PROJETO**

1. O projeto, constituído pelas diferentes especialidades descritas no Anexo I, deverá garantir a sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.
2. Estes projetos devem conter todas as peças escritas e desenhadas definidas nas instruções para a elaboração de projetos de obras, aprovadas pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, na sua versão mais atualizada, bem como outras legalmente exigidas, e serão desenvolvidos para as seguintes fases:
  - i. Programa Base e Estudo Prévio
  - ii. Anteprojeto (Licenciamento/Parecer Prévio)
  - iii. Projeto de Execução
  - iv. Assistência Técnica

### **6.2.1 Programa Base e Estudo Prévio**

1. O Estudo Prévio desenvolve as orientações definidas no Programa Base, após aprovação do Iscte-Iul, sendo constituído por peças escritas, peças desenhadas e por outros elementos informativos que possibilitem ao dono de obra a apreciação das soluções propostas.
2. Na fase de Estudo Prévio isenta-se a apresentação dos seguintes projetos ou planos:
  - a) Projeto do Posto de Transformação Cliente (PTC) ou estudo de ligação ao existente no Edifício E4;
  - b) Projeto de comportamento térmico (Regulamento de desempenho energético dos edifícios de comércio e serviços - RECS, acompanhado por pré-certificado do sistema de certificação energética dos edifícios (SCE), emitido por perito qualificado);

- c) Projeto de produção de águas quentes sanitárias (AQS) através de sistema solar térmico;
- d) Projetos de instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos (inclui projeto de redes prediais de águas e esgotos, projeto de águas pluviais, rega e projeto de rede de incêndio);
- e) Plano de segurança e saúde (PSS) em fase de projeto, nas matérias que lhe dizem respeito de forma a ser integrado no PSS global a ser contratado a outra entidade.

### **6.2.2 Anteprojeto (Projeto de Licenciamento/ Parecer Prévio)**

1. O Anteprojeto desenvolve a solução do Estudo Prévio aprovado, sendo constituído por peças escritas, peças desenhadas e outros elementos de natureza informativa que permitam a conveniente definição e dimensionamento dos sistemas e instalações da obra, bem como o esclarecimento do modo da sua execução.
2. O Cocontratante será responsável pela entrega e acompanhamento dos projetos nas entidades licenciadoras até à sua aprovação e apresentação dos mesmos ao ISCTE-IUL devidamente licenciados e/ou certificados. Os encargos com taxas e custos inerentes aos licenciamentos, validações e/ou certificações são da responsabilidade do ISCTE-IUL.
3. Constitui obrigação do Cocontratante proceder à entrega dos seguintes projetos nas entidades municipais competentes para Licenciamento/Parecer Prévio, ou outros que a legislação determine:
  - a) Projetos de instalações, equipamentos e sistemas elétricos, de média tensão, de produção de energia, de certificação energética RECS, e de comunicações.
  - b) Projeto de energia fotovoltaico;
  - c) Projetos de instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado - AVAC (inclui projeto de instalações mecânicas de climatização; projeto de ventilação, exaustão de fumos, gases de combustão e desenfumagem) e Gestão Técnica Centralizada

total, conjuntamente com os sistemas elétricos e outros achados por necessários;

- d) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de gás, caso existam;
  - e) Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas;
  - f) Projeto de comportamento térmico (Regulamento de desempenho energético dos edifícios de comércio e serviços - RECS, acompanhado por pré-certificado do sistema de certificação energética dos edifícios (SCE), emitido por perito qualificado);
  - g) Projeto de segurança integrada (inclui o Projeto de Segurança contra incêndio em Edifícios (SCIE) e rede de incêndio hidráulica;
  - h) Projeto de condicionamento acústico;
  - i) Projetos de instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos (inclui projeto de redes prediais de águas e esgotos, projeto de águas pluviais, rega e projeto de rede de incêndio);
  - j) Projeto de produção de águas quentes sanitárias (AQS) através de sistema solar térmico;
4. O processo a entregar para Parecer Prévio Não Vinculativo na Câmara Municipal deverá ser, sempre que possível, acompanhado dos comprovativos de entrega dos pedidos de licenciamento e/ou certificação das especialidades emitidos pelas entidades competentes.

### **6.2.3 Projeto de Execução**

1. O Projeto de Execução, desenvolvido a partir da solução de Anteprojeto aprovada, é constituído por um conjunto ordenado de informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra e destina-se a facultar todos os elementos necessários à definição rigorosa e dimensionamento da obra e ainda ao indispensável esclarecimento do modo da sua execução.
2. Na fase do Projeto de Execução, o Cocontratante não deve propor soluções com sistemas proprietários (sistemas desenvolvidos por um certo fabricante

que não funcionam com equipamentos de outro) que condicionem a gestão, conservação e manutenção dos sistemas e equipamentos.

3. Sem prejuízo dos deveres consagrados na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho o Projeto de Execução deve incluir para as seguintes especialidades outros projetos/planos ou detalhe de informação:

a) O Projeto de instalações, equipamentos e sistemas elétricos deve apresentar informação detalhada sobre:

- i. Quadros elétricos;
- ii. Caminhos de cabos;
- iii. Iluminação normal, de segurança, e exterior (incluindo cálculos luminotécnicos e de eficiência energética);
- iv. Tomadas de corrente, força motriz e alimentações especiais;
- v. Tomadas socorridas;
- vi. Intercomunicação exterior/receção;
- vii. Sinalização de chamada incluindo alarme nas instalações sanitárias para pessoas com mobilidade reduzida;
- viii. Terras de proteção (incluindo ligações equipotenciais);
- ix. Proteção contra descargas atmosféricas;
- x. Sistema solar fotovoltaico.

b) O Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de comunicações deve apresentar informação detalhada sobre:

- i. Rede integrada de voz e dados;
- ii. Rede de cabos de cat 6A
- iii. Equipamentos ativos para redes locais (dimensionamento e localização dos equipamentos e infraestruturas necessários).  
Deve ser incluído na empreitada o fornecimento e montagem de todas as infraestruturas e dos seguintes equipamentos: Switch Ethernet de Core/Distribuição e de Acesso, Access Points WiFi, Controlador WiFi, Servidor de Autenticação de Radius e Unidades de Alimentação Ininterrupta (UPS) dedicadas aos bastidores.



- c) O Projeto de instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) deve apresentar informação detalhada sobre:
  - i. Instalações elétricas associadas (redes, diagramas e esquemas de quadros);
  - ii. Rede de condensados.
- d) O Projeto de segurança integrada deve apresentar informação detalhada sobre:
  - i. Detecção de incêndios (inclui matriz de comando);
  - ii. Detecção de intrusão;
  - iii. Detecção de gás, caso seja necessário;
  - iv. Infraestruturas para instalação de CCTV;
  - v. Sinalética;

- 4. A aprovação do Projeto de Execução pelo Iscte-Iul está ainda condicionada à entrega dos respetivos comprovativos de aprovação dos projetos sujeitos a Licenciamento/Parecer Prévio pelas respetivas entidades competentes.

#### **6.2.4 Assistência Técnica**

A Assistência Técnica objeto do contrato inclui a Assistência técnica especial, prevista no artigo 10.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, na sua versão mais atualizada.

##### **6.2.4.1 Fase do procedimento de formação do contrato**

Na fase do procedimento de formação do contrato a Assistência técnica do Cocontratante ao Iscte-Iul compreende as seguintes atividades:

- 1. Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso ou outro procedimento que venha a ser adotado para a adjudicação da empreitada ou fornecimento;
- 2. Prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelos concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Iscte-Iul, relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do Projeto de Execução;

3. Prestação de apoio ao Iscte-lul na análise e resposta aos erros e omissões do Projeto de Execução, constante do Caderno de Encargos, que venham a ser reclamados pelos concorrentes ao abrigo do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos;
4. Prestação de apoio ao Iscte-lul na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas, de modo a permitir a sua correta ponderação por aquela, incluindo a apreciação da compatibilidade com o Projeto de Execução constante do Caderno de Encargos, e na análise de eventuais variantes ou alterações apresentadas, caso as mesmas sejam admitidas pelo Iscte-lul;
5. Compilação e validação final, através de Declaração de Conformidade, subscrita pelo Coordenador de Projeto dos presentes projetos de especialidade, do processo de erros e omissões.

#### **6.2.4.2 Fase de execução da obra**

Na fase de execução da obra a Assistência técnica do Cocontratante ao Iscte-lul compreende as seguintes atividades:

1. A verificação de que o executado resulta da correta interpretação do projeto;
2. O esclarecimento de dúvidas de interpretação e pedidos de esclarecimento apresentados pelo empreiteiro, fiscalização ou outras entidades e no prazo que for fixado pelo Iscte-lul ou fiscalização;
3. A apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro, fornecedor ou pelo Iscte-lul – materiais, produtos e equipamentos, incluindo, quando apropriado a sua compatibilidade com o Projeto de Execução. A aprovação e/ou rejeição dos materiais, produtos e equipamentos deve ocorrer no prazo que for fixado pelo Iscte-lul ou fiscalização;
4. A prestação de informações complementares relativas a ambiguidades, erros ou omissões do Projeto de Execução, bem como a elaboração das peças de alteração do Projeto de Execução (peças escritas de desenhadas) necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a

executar no âmbito da referida correção, salientando-se a necessidade de apresentação de medições detalhadas e estimativa orçamental, sempre que aplicável;

5. A prestação dos pareceres necessários à instrução das ordens de execução que venham a ser emitidas pelo Iscte-lul, bem como a execução das peças escritas e desenhadas (inclui a apresentação de medições detalhadas e estimativa orçamental, sempre que aplicável) que forem solicitadas pelo Iscte-lul ou fiscalização, assegurando a entrega e validação destes documentos no prazo que for fixado e após a abertura da Ordem de Execução pelo Iscte-lul;
6. A apreciação de eventuais alterações ao Projeto de Execução, decorrentes de necessidades da sua adaptação às condições locais;
7. O acompanhamento de vistorias destinadas à aprovação das instalações executadas e sua ligação às redes públicas, com as entidades oficiais competentes;
8. O acompanhamento de vistorias efetuadas com vista às receções provisórias parciais e total, de acordo com o faseamento da obra;
9. O acompanhamento das inspeções e ensaios que sejam realizados aos sistemas e equipamentos para verificação do cumprimento do especificado no projeto de execução. Em função do tipo de sistemas ou equipamentos a ensaiar, o coordenador deverá assegurar a presença do(s) autor(es) de projeto adequados à(s) especialidade(s) envolvida(s).

## **7. MEDIÇÕES E MAPA DE QUANTIDADE DE TRABALHO (MQT)**

1. As medições dos trabalhos previstos no projeto ou executadas em obra devem ser entendidas por cada uma das entidades envolvidas como realizadas com regras bem definidas, tendo em vista atingir os seguintes objetivos:
  - a) Possibilitar, a todas as empresas que apresentam propostas a concurso, a determinação dos custos e a elaboração de orçamentos, com base nas mesmas informações de quantidades e nas condições especificadas para os trabalhos indicados no projeto;

- b) Elaborar listas de trabalhos, de acordo com sistemas de classificação que individualizem cada trabalho segundo grupos específicos que possibilitem, às várias entidades envolvidas no processo, análises comparativas de custos e avaliações económicas de diferentes soluções;
  - c) Proporcionar às entidades adjudicantes a avaliação das propostas cujos preços foram formulados com idêntico critério, bem como permitir, de um modo facilitado, a quantificação das variações que se verificarem durante a construção, devidas a trabalhos a mais e a menos ou a erros e a omissões de projeto;
  - d) Proporcionar às empresas adjudicatárias uma sistematização de procedimentos relacionada com o controlo dos diversos trabalhos a executar, nomeadamente os devidos a rendimentos de recursos que proporcionam o cálculo das quantidades de materiais e a avaliação das quantidades de mão-de-obra, de equipamentos ou de outros recursos a utilizar na execução dos trabalhos;
  - e) Facilitar o estabelecimento dos planos de inspeção e ensaios aplicados ao controlo da qualidade e da segurança na execução dos diferentes trabalhos;
  - f) Facilitar a elaboração dos autos de medição e o pagamento das situações mensais, no prazo de execução da obra, e a elaboração da conta da empreitada quando da receção provisória da obra;
  - g) Estabelecer as bases para que as empresas realizem a análise e o controlo de custos dos trabalhos.
2. Embora não existam normas oficiais de medição, tem vindo a ser prática corrente considerar as “normas do LNEC” (Normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e os critérios definidos na publicação “Regras de Medição na Construção”, onde se encontram dispostas as regras de medição com o objetivo de quantificar os trabalhos das diversas partes da obra na construção de edifícios.

3. O processo de criação dos articulados deve seguir as regras de medição do LNEC, constituindo uma ajuda para a completa e correta definição do tipo e natureza dos trabalhos, através da disponibilização, em cada situação e de uma forma sistematizada, das diferentes opções, de textos de auxílio à tomada de decisões.
5. As Condições técnicas gerais do Projeto de Execução, caracterizando todos os trabalhos, materiais e equipamentos previstos no respetivo projeto, devem fornecer os elementos que permitam a conveniente definição e dimensionamento da obra e ainda o indispensável esclarecimento do modo da sua execução.
6. Na fase de projeto de execução, as Medições detalhadas, o Mapa de quantidade de trabalhos, a Estimativa orçamental e a Lista de preços unitários, devem ser apresentadas com o detalhe apropriado ao cumprimento das disposições legais aplicáveis.
7. Na fase de projeto de execução, as medições detalhadas devem ser desenvolvidas segundo a lógica “Bloco/ Edifício - Piso - Compartimento” e identificar o técnico (ou os técnicos) responsável pela sua realização. No caso das infraestruturas (fios, cabos, tubagem, outras), dispensa-se a apresentação de medições por compartimento, devendo, no entanto, manter uma apresentação segundo a lógica “Edifício E5 - Piso - Sala”.
8. Devem ser incluídos no MQT a elaborar, todos os trabalhos relativos aos projetos das diferentes especialidades, devendo conter, para além dos sistemas e equipamentos de cada especialidade, o seguinte:
  - a) Trabalhos de desmontagem, remoção e transporte de equipamentos e materiais existentes, quando aplicável, nas condições legais;
  - b) Estaleiro;
  - c) Fornecimento de mobiliário e equipamentos para todos os espaços funcionais letivos e não letivos (considera-se incluído, o equipamento hoteleiro, mobiliário para balneários e espaços informais de apoio);

- d) Recuperação e aproveitamento de eventuais equipamentos existentes, quando aplicável, a definir pelo Iscte;
- e) A movimentação e guarda em obra do mobiliário e equipamento a fornecer pelo Iscte, ou a aproveitar, quando aplicável, durante a execução da obra;
- f) Quando estiverem reunidas as condições necessárias nos edifícios, a mão de obra necessária para efetuar a distribuição do mobiliário e equipamentos novos, a fornecer no âmbito da empreitada, bem como do mobiliário e equipamentos existentes que possam ser guardados em obra, para o locais definitivos;
- g) Trabalhos de construção civil de apoio associados à instalação de infraestruturas e equipamentos de todas as especialidades;
- h) Realização das diligências necessárias ao pedido de vistoria das instalações executadas e sua ligação às redes públicas junto das entidades oficiais competentes;
- i) Ligação das instalações às redes públicas;
- j) Licenciamentos, Certificações, Vistorias e Revistorias necessárias até à aprovação pelas entidades competentes;
- k) Realização de Inspeções e Ensaios;
- l) Fornecimento de peças escritas e desenhadas correspondentes à obra tal como executada (plantas dos pisos, cobertura e dos espaços exteriores, com indicação da localização das infraestruturas e equipamentos) no final de cada fase da obra;
- m) Entrega da Compilação técnica em cumprimento com as normas definidas pelo Iscte;
- n) Fornecimento dos documentos da formação, relativos à utilização, operação e manutenção dos sistemas e equipamentos;
- o) Fornecimento de consumíveis e sobresselentes de acordo com as quantidades estimadas, para o primeiro ano de funcionamento dos edifícios;

- p) Fornecimento e substituição nominal dos filtros dos sistemas após a realização dos ensaios e calibrações finais;
- q) Ações de comissionamento e receção de instalações.

## **8. NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETO E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

1. De acordo com as instruções do Coordenador de Projeto, a cargo do Iscte, os desenvolvimentos dos projetos poderão vir a ser realizados em Revit./BIM.
2. A elaboração e conteúdo dos ficheiros entregues, contendo texto, peças desenhadas ou outros elementos gráficos ou fotográficos, é da total responsabilidade dos técnicos autores dos projetos.
3. As peças escritas e desenhadas que constituem os estudos e projetos a entregar no Iscte devem ser entregues em suporte papel e em suporte digital em versão editável e não editável. Todos os documentos entregues em suporte papel devem estar devidamente assinados pelo técnico autor do projeto, naqueles entregues em suporte digital (versão não editável) devem ser assinados digitalmente.
4. Todos os documentos apresentados em formato digital devem cumprir com o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho. Adicionalmente podem ser aceites documentos nos seguintes formatos digitais:
  - a) **Peças escritas editáveis:** textos, tabelas e folhas de cálculo, armazenados nos formatos standard DOCx e XLSx;
  - b) **Peças escritas não editáveis:** textos, tabelas e folhas de cálculo – armazenados em formato não editável PDF/A (formato que garante o arquivo de longa duração de documentos eletrónicos).
  - c) **Peças desenhadas editáveis:** Em Revit Editável e/ou armazenados no formato editável DWG. Deverão ser disponibilizados os respetivos pacotes de fontes e formatação em formato ETransmit;
  - d) **Peças desenhadas não editáveis:** armazenados no formato DXF, e PDF que suportam assinatura digital.
  - e) Fotografias/Imagens: formato JPEG.

5. Na fase de Assistência Técnica à obra e sempre que os desenhos de execução aprovados compreendam alterações, devem fazer representar de forma clara a zona alterada, por exemplo através da criação de nuvens de revisão, e representar todos os elementos alterados de acordo com as cores convencionais. Sempre que seja necessário efetuar substituições de peças desenhadas, ao número do desenho acrescenta-se uma letra do abecedário, informando que substitui o desenho com o número existente.

## **9. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS DE ESTUDOS, PROJETO E OUTRAS OBRIGAÇÕES**

1. Sem prejuízo de outros elementos exigidos no presente Caderno de Encargos, o projeto deve ser instruído consoante a fase e para a especialidade correspondente, conforme definido nas Instruções para a elaboração de projetos de obras, aprovadas pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, na sua versão mais atualizada.
2. As peças escritas e desenhadas constituintes de cada uma das fases, devem ser elaboradas em conformidade com as normas fornecidas pela Iscte e devem ser apresentadas em separado por especialidade, constituindo os seguintes dois tomos:

Tomo 1 – Peças escritas;

Tomo 2 – Peças desenhadas.

### **3. AVALIAÇÃO TÉCNICA DO EXECUTADO**

Deverá ser entregue na Iscte 1 (um) exemplar dos elementos que constituem a Avaliação técnica do estado de execução e conservação de todos os trabalhos executados, em suporte papel e 1 (uma) cópia em suporte digital aceite pelo Iscte-iul.

### **4. PROJETO DE ALTERAÇÃO**

#### **a) Elementos de Estudo Prévio**

Para a fase de Estudo Prévio o Cocontratante entregará ao Iscte, para análise e aprovação, 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, das



peças escritas e desenhadas que o constituem. Nesta entrega está incluída a Memória descritiva de coordenação de projeto, em cumprimento com o definido no número 5 do presente documento, e que constitui obrigação do coordenador de projeto.

O Cocontratante entregará ao Iscte, 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, das peças escritas e desenhadas que venham a consubstanciar aditamentos às peças de Estudo Prévio entregues.

Com a notificação da aprovação do Estudo Prévio pelo Iscte o Cocontratante deverá proceder à entrega de 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, das peças escritas e desenhadas que o constituem.

b) Elementos de Anteprojeto (Projeto de Licenciamento/Parecer Prévio)

Para a Fase de Anteprojeto o Cocontratante entregará ao Iscte, para verificação da sua conformidade com o Estudo Prévio aprovado, 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, das peças escritas e desenhadas que o constituem. Nesta entrega está incluída a Memória descritiva de coordenação de projeto, em cumprimento com o definido no número 5 do presente documento, e que constitui obrigação do coordenador de projeto responsável pelas presentes especialidades.

Com a autorização do Iscte, após verificação da conformidade do Anteprojeto com o Estudo Prévio aprovado, o Cocontratante procederá à entrega de todos os projetos sujeitos a parecer nas entidades competentes, garantindo o seu acompanhamento e atuação em conformidade até à sua aprovação.

O Cocontratante fica também obrigado a entregar ao Iscte 2 (dois) exemplares dos processos autenticados pelas entidades competentes assim como dos comprovativos das respetivas entregas e aprovações. Nesta entrega está incluída a revisão da Memória descritiva de coordenação de projeto, em cumprimento com o definido no número 5 do presente documento, caso da análise do Iscte ou das Entidades Licenciadoras Competentes resulte a necessidade de realizar alterações às peças de projeto entregues inicialmente.

c) Elementos do Projeto de Execução

Para a fase de Projeto de Execução o Cocontratante entregará ao Iscte, para análise e aprovação prévia, 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, das peças escritas e desenhadas que o constituem. Nesta entrega está incluída a Memória descritiva de coordenação de projeto, em cumprimento com o definido no número 5 do presente documento.

O Cocontratante entregará ao Iscte, 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, das peças escritas e desenhadas que venham a consubstanciar aditamentos às peças do Projeto de Execução entregues.

Com a notificação da aprovação do Projeto de Execução o Cocontratante deverá proceder à entrega de 3 (três) exemplares em papel, e 3 (três) cópias em suporte digital, das peças escritas e desenhadas que o constituem, procedendo o coordenador de projeto à validação final dos elementos do projeto aprovado e entregue.

Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, exige-se ainda a entrega de 1 (um) exemplar de todas as peças desenhadas em formato A3 devidamente encadernado em formato de argolas ou similar.

d) Elementos de Assistência Técnica à obra

Durante a fase de Assistência Técnica, caso se verifique a necessidade de realização de alterações ao Projeto de Execução, o Cocontratante deverá proceder à entrega de 3 (três) exemplares em papel das peças escritas e desenhadas que o constituem.

Os elementos em suporte digital poderão ser enviados por correio eletrónico, colocação em nuvem de dados autorizada e registada com exceção de situações em que se proceda a alterações de maior relevância, incluindo várias especialidades (designadamente em fase de erros e omissões), e para a qual será obrigatória a entrega de 1 (uma) cópia em suporte digital físico.

No final da obra o Cocontratante deverá validar as Telas Finais, no prazo máximo que for estipulado pelo Iscte.

## 5. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### Elementos das Medidas de autoproteção

O Cocontratante entregará ao Iscte 1 (um) exemplar em papel do programa das ações de formação administradas à edifício durante a execução da empreitada, fazendo juntar para o efeito as respetivas folhas de presenças.

O Cocontratante entregará ao Iscte 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital, assinada digitalmente que será submetido no Portal da Proteção Civil para tramitação processual e posterior aprovação por aqueles serviços.

Após aprovação do processo das medidas de autoproteção o Cocontratante entregará ao Iscte, 1 (um) exemplar em papel do programa das ações de formação administradas à edifício após a conclusão da obra, fazendo juntar para o efeito as respetivas folhas de presenças.

Após a realização do simulacro nas instalações o Cocontratante entregará ao Iscte 1 (um) exemplar em papel e 1 (uma) cópia em suporte digital do Relatório do Simulacro realizado.

## 6. DESMATEREALIZAÇÃO

**Nota Importante:** O Coordenador de Projeto, pelo Iscte, poderá desmaterializar a produção dos documentos em papel referidos em 4. e 5. em detrimento da entrega dos elementos digitais.